



**Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão**

CLIPPING INTERNET

08/01/2019 ATÉ 08/01/2019

INDÍCE

1	CNJ	
	1.1 SITE MARANHÃO HOJE.....	1
2	DESEMBARGADOR	
	2.1 BLOG MAURICIO SANTOS.....	2
	2.2 PORTAL DO MUNIM.....	3
3	ELEIÇÕES TJ	
	3.1 BLOG DIEGO EMIR.....	4
4	INSTITUCIONAL	
	4.1 SITE SJ NOTÍCIAS MA.....	5

Desembargadores já começam a se movimentar visando eleição da Mesa Diretora do TJMA

O recesso forense segue até o próximo dia 20 de janeiro, mas nos bastidores do judiciário maranhense já começam a surgir informações sobre a sucessão da Mesa Diretora do Tribunal de Justiça do do Maranhão. Com a eleição prevista para outubro, três desembargadores serão escolhidos para compor a presidência, vice-presidência e corregedoria, cargos estes ocupados por José Joaquim Figueiredo dos Anjos, Lourival Serejo e Marcelo Carvalho, respectivamente.

Caso o TJMA mantivesse a ordem de acordo com a tradição, a desembargadora Nelma Sarney, naturalmente seria eleita presidente para o próximo biênio 2020/2021, porém com a eleição de José Joaquim Figueiredo dos Anjos, que derrotou no voto a sua companheira do judiciário, criou-se uma nova situação, onde disputas eleitorais podem ocorrer e não mais a manutenção da tradição, onde o membro mais antigo era aclamado pela corte.

Mesmo com essa insegurança, Nelma Sarney figura como um dos nomes que pode assumir a presidência do TJMA. Porém, além da desembargadora estão credenciados para exercer a função, o atual corregedor-geral Marcelo Carvalho, a desembargadora Maria das Graças, assim como o atual vice-presidente Lourival Serejo e o desembargador Paulo Velten.

Na atual composição do pleno do TJMA, seis já passaram pela presidência, eles são: Antonio Fernando Bayma Araújo, Jorge Rachid Mubarak Maluf, Jamil de Miranda Gedeon Neto, Cleonice Silva Freire, Antonio Pacheco Guerreiro Júnior e Cleones Carvalho Cunha.

O post Desembargadores já começam a se movimentar visando eleição da Mesa Diretora do TJMA apareceu primeiro em Diego Emir.

Maranhenses prestigiam a posse da nova diretoria do TJ-PI

Carlos Brandão e juristas na posse da nova diretoria do TJ-PI. (Foto: Wallquíria Moraes)

Governador interino até o próximo dia 10, o vice-governador Carlos Brandão esteve nesta segunda-feira (7) em Teresina para prestigiar a posse do novo presidente do Tribunal de Justiça do Piauí, o desembargador Sebastião Ribeiro Martins, em solenidade que aconteceu do auditório do TJ-PI, com a presença de autoridades dos três Poderes.

O presidente do TJ-PI, inclusive, destacou a presença de Brandão. “Sinto-me honrado em receber a presença do Governo do Maranhão neste momento. Somos irmanados em nossos propósitos de ver os nossos estados prosperarem. Somos separados, portanto, apenas pelo rio Parnaíba”.

Acompanhando o governador interino, os desembargadores maranhenses Lourival Serejo (vice-presidente do TJMA) e José Bernardo Rodrigues (TJMA) também participaram do evento que celebrou a presença de um maranhense na mesa diretora do TJ-PI: o desembargador Hilo Almeida (corregedor geral de Justiça).

O novo presidente do TJ-PI, desembargador Sebastião Martins, afirmou que a sua gestão terá como diretrizes fundamentais a expansão do Processo Judicial Eletrônico (Pje); fomentando a produtividade, dando maior eficiência à prestação jurisdicional; o incremento da política de Conciliação e Mediação, com ênfase na solução de conflitos e apoio à cultura da paz; e a ampliação da rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres.

As diretrizes citadas pelo desembargador foram detalhadas no documento “Diretrizes - Gestão 2019/2020”, divulgada logo após a cerimônia que oficializou a sua presidência no TJ-PI. Também tomaram posse nesta segunda, os demais dirigentes da Corte para o biênio 2019/2020: os desembargadores Haroldo Oliveira Rehem (vice-presidente) e Oton Mário José Lustosa Torres (vice-corregedor geral de Justiça).

Maranhenses prestigiam a posse da nova diretoria do TJ-PI.

POR PORTAL DO MUNIM · 8 DE JANEIRO DE 2019

Carlos Brandão e juristas na posse da nova diretoria do TJ-PI.

MARANHÃO - Governador interino até o próximo dia 10, o vice-governador Carlos Brandão esteve nesta segunda-feira (7) em Teresina para prestigiar a posse do novo presidente do Tribunal de Justiça do Piauí, o desembargador Sebastião Ribeiro Martins, em solenidade que aconteceu do auditório do TJ-PI, com a presença de autoridades dos três Poderes.

O presidente do TJ-PI, inclusive, destacou a presença de Brandão. “Sinto-me honrado em receber a presença do Governo do Maranhão neste momento. Somos irmanados em nossos propósitos de ver os nossos estados prosperarem. Somos separados, portanto, apenas pelo rio Parnaíba”.

Acompanhando o governador interino, os desembargadores maranhenses Lourival Serejo (vice-presidente do TJMA) e José Bernardo Rodrigues (TJMA) também participaram do evento que celebrou a presença de um maranhense na mesa diretora do TJ-PI: o desembargador Hilo Almeida (corregedor geral de Justiça).

O novo presidente do TJ-PI, desembargador Sebastião Martins, afirmou que a sua gestão terá como diretrizes fundamentais a expansão do Processo Judicial Eletrônico (Pje); fomentando a produtividade, dando maior eficiência à prestação jurisdicional; o incremento da política de Conciliação e Mediação, com ênfase na solução de conflitos e apoio à cultura da paz; e a ampliação da rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres.

As diretrizes citadas pelo desembargador foram detalhadas no documento “Diretrizes - Gestão 2019/2020”, divulgada logo após a cerimônia que oficializou a sua presidência no TJ-PI. Também tomaram posse nesta segunda, os demais dirigentes da Corte para o biênio 2019/2020: os desembargadores Haroldo Oliveira Rehem (vice-presidente) e Oton Mário José Lustosa Torres (vice-corregedor geral de Justiça).

CNJ proíbe participação de juízes em conselhos fora do Judiciário

por Aquiles Emir - 7 de janeiro de 2019 018

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) editou nesta segunda-feira (07) uma recomendação para proibir juízes de participarem de conselhos, comitês ou comissões fora do Poder Judiciário. A norma foi publicada pelo corregedor nacional de Justiça, ministro Humberto Martins.

A medida será aplicada em todo o país, mas foi tomada após o governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, anunciar a extinção a Secretaria de Segurança Pública (SSP) e a criação de um conselho, com participação de representantes do Judiciário, do Ministério Público e das polícias.

De acordo com o corregedor, a Constituição e a Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman) impedem que magistrados exerçam outro cargo ou função, salvo uma de magistério. Segundo Martins, a independência e a imparcialidade do Judiciário impedem que juízes participem de atividades nos poderes Executivo e Legislativo.

“O corregedor nacional de Justiça, usando de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais resolve recomendar a todos os magistrados brasileiros, exceto aos ministros do STF, que se abstenham de exercer funções, ainda que de caráter honorífico, consultivo e sem remuneração, em conselhos, comitês, comissões ou assemelhados, de natureza política ou de gestão administrativa de serviços vinculados a Poder ou órgãos estranhos ao Poder Judiciário, inclusive em Conselhos de Segurança Pública”, diz a resolução.

O CNJ também definiu que a fiscalização do cumprimento da medida deverá ser feita pelas corregedorias do Tribunais de Justiça dos estados.

(Agência Brasil)

CNJ planeja soluções conjuntas para prisões e combate à violência

Nos primeiros três meses da presidência do ministro Dias Toffoli, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) estabeleceu parcerias para a busca de soluções conjuntas para enfrentar a crise do sistema prisional brasileiro e suas implicações na segurança pública. Governo Federal, sociedade civil e tribunais firmaram acordos com o CNJ para desenvolver ações que aprimorem a gestão do sistema carcerário, que tem população presa crescente a cada ano.

O estímulo à adoção de penas alternativas faz parte de termo de cooperação assinado pelo CNJ, em 24 de outubro de 2018, com o antigo Ministério da Segurança Pública, como medida para fazer frente à superlotação das prisões. O acordo prevê o repasse de recursos ao CNJ para estimular a adoção desse tipo de pena, imposta aos autores de crimes de menor potencial ofensivo e com pena máxima prevista de dois anos de reclusão, a menos que o Código Penal especifique em contrário. Nesses casos, juízes podem sentenciar penas que impliquem o confinamento do preso, penas que restrinjam direitos ou multa.

Embora previstas na Lei 9.099/1995, nem sempre os juízes aplicam as ditas penas alternativas. Com o repasse dos recursos previsto no acordo, o CNJ pode desenvolver soluções para tornar a pena alternativa uma opção viável a juízes, como a implantação de uma rede de centrais de monitoramento de tornozeleiras eletrônicas. A estrutura e os equipamentos servem para vigiar os presos que passem a responder pelo crime cometido fora de uma unidade prisional.

Modernização

Em novembro passado, também com o então Ministério da Segurança Pública, outro termo foi assinado para fortalecer o projeto do CNJ de modernização do Sistema Eletrônico de Execução Unificada (SEEU). A ferramenta prevê a informatização da tramitação dos processos de presos em toda a Justiça. Em muitos estados, os processos de execução penal ainda são de papel. Equipes coordenadas por força-tarefa formada pelo CNJ serão designadas em cada estado que precisar migrar seu acervo de processos para o meio eletrônico. Ao final de 2018, 210 mil processos de execução penal de várias unidades da Federação estavam cadastrados no sistema centralizado de tramitação de acompanhamento de penas.

Além da digitalização, o projeto também prevê a identificação biométrica de toda a massa carcerária brasileira, estimada em mais de 700 mil pessoas, ação viabilizada após acordo firmado em outubro com o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e com o Ministério dos Direitos Humanos (MDH). Com dados pessoais e processuais seguros, a Justiça poderá conceder liberdade a quem tiver pena expirada ou a progressão de pena - do regime fechado para o semiaberto, por exemplo - a quem tiver esse direito, o que deverá acabar com prisões irregulares e reduzir a população carcerária.

Políticas penais e de gestão

Também foi assinado termo de cooperação com o Ministério de Relações Exteriores e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). O acordo prevê o desenvolvimento de produtos que aprimorem as políticas de alternativas penais e monitoração eletrônica, além do aperfeiçoamento do cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto. Outro produto a ser entregue ao final da vigência do acordo, julho de 2021, é uma ferramenta de gestão judiciária. A solução de inteligência artificial vai facilitar a extração de informações sobre o fluxo de processos judiciais enviadas pelos tribunais ao CNJ.

Inserção social

O CNJ buscou também a sociedade civil para instalar uma política pública de ressocialização de presos e egressos do sistema prisional e reduzir a reincidência criminal. No dia 18 de dezembro, o ministro Dias Toffoli assinou com a presidente do Instituto Humanitas360, Patrícia Vilela Marino, termo para fomentar ações que ofereçam chances de estudo e trabalho para presos. Nas prisões brasileiras, apenas 12% dos presos têm oportunidades de estudar e 15%, de trabalhar. A falta de estudo e de perspectivas de emprego fora da criminalidade estimula os ex-presos, um grupo social especialmente vulnerável e estigmatizado no mercado de trabalho, a cometer novos crimes para sobreviver fora da cadeia.

A Humanitas360 criou uma marca de roupas fabricadas por uma cooperativa de presas da Penitenciária

Feminina de Tremembé II, no Vale do Paraíba, interior de São Paulo. O projeto capacitou 30 presidiárias na concepção de produtos e administração do negócio, inclusive após a saída da prisão. Desde outubro, a cooperativa comercializa artigos como bolsas, colchas e almofadas.